

**ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às 08h45min no Auditório do Parque Massairo Okamura, ocorreu a 64ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 01- Conferência de Quórum; 02 - Aprovação da Ata da 63ª Reunião Ordinária do CEHIDRO ocorrida em 24/11/2016; 03 - Aprovação da Resolução nº 88 – Segurança de Barragem; 04 - Aprovação da Resolução nº 89 - Calendário das Reuniões Ordinárias – 2017; 05 - Apresentação FONASC – Manifesto Juara; 06 - Apresentação IPAC – Crise Hídrica em Tangará da Serra e Pesca Predatória no Rio Arinos no Município de Porto dos Gaúchos; 07 - Submeta ao CEHIDRO para discussão e encaminhamento, conforme deliberação da Superintendência de Normas, proc. Administrativo e Auto de Infração (SUNOR) processo de solicitação de Outorga para piscicultura em APP; 08 - Informes; 09 - Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que agradeceu a presença de todos. Para o início da reunião realizou-se a conferência do quórum solicitando para que todos assinassem a lista de presença. Foi registrada a presença dos seguintes conselheiros: O Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, representante titular e Lorena Moreira Nicochelli, representante suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA; o Sr. Décio Elói Siebert representante titular do Instituto Pantanal - Amazônia de Conservação – IPAC; o Sr. Clóvis Antônio Pereira Fortes representante titular da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários – SEAF; A Sra. Telma Luzia Monteiro - representante titular da Secretaria de Estado da Saúde - SES; a Sra. Dirce Inês Mesquita - representante suplente da Secretaria de Estado de Cidades - SECID; a Sra. Fátima Aparecida da Silva Iocca - representante titular da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT; o Sr. Leonardo Neemias G. da Silva – representante suplente da Associação Matogrossense dos Municípios - AMM; a Sra. Edileusa Oliveira Ribeiro - representante titular da União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso - UCMMAT; a Sra. Luciana Ferraz - representante suplente do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas - FONASC; o Sr. Victor Juliano Barroso dos Santos representante Suplente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso - CREA/MT; a Sra. Alessandra Panizi e o Sr. Álvaro Fernando Cícero Leite - representantes titular e suplente respectivamente da Federação das Indústrias de Mato Grosso - FIEMT; Sra. Adryeli Aparecida C. Miranda - representante titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO; a Sra. Renata Viviane da Silva representante titular da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seccional Mato Grosso o Sr. Édio Ferraz Ribeiro - representantes titular da Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - CAB-CUIABA; Sr. Waldir Teles de Ávila - representante titular do Sindicato dos Guias de Turismo do Estado de Mato Grosso – SINGTURMT e o Sr. Claudionor Angeli - Representante Titular da Cooperativa de Pescadores e Aquicultores do Mato Grosso - COOPEAMAT. O Secretário Executivo solicitou alteração de pauta, onde o item 7 – Submeta ao CEHIDRO para discussão e encaminhamento, conforme deliberação da Superintendência de Normas, Procedimentos Administrativos e Auto de Infração (SUNOR) o processo de solicitação de Outorga para piscicultura em Área de Preservação Permanente – APP, passando a ser o item 5. A inversão de pauta foi

47 aprovada pelos Conselheiros. O segundo item da pauta foi à aprovação da Ata da 63ª
48 Reunião Ordinária do CEHIDRO enviada a todos com antecedência. Solicitou-se
49 manifestação por parte da plenária, a mesma não se pronunciou, sendo assim a Ata foi
50 aprovada na íntegra e por unanimidade dos Conselheiros presentes. O próximo item foi
51 a aprovação da Resolução nº 88 sobre Segurança de Barragem, a qual ficou pendente o
52 § 2º do Art. 16. O Secretario Executivo o Sr. Luiz H.M. Noquelli passa a palavra para a
53 Sra. Lorena - SEMA que fez uma síntese sobre o assunto e os questionamentos na
54 reunião anterior, onde os Conselheiros Joselir - IBAMA e Ibraim - UFMT questionaram
55 se o que estava sendo apresentado referente à segurança de barragem estava na Lei
56 Federal, sendo na mesma reunião sanada a dúvida dos Conselheiros. O que ficou
57 pendente para estudos é se haveria necessidade de alteração do artigo 16 sugestão da
58 Conselheira Telma – SES, sendo assim foi incluído o parágrafo único no art. 16 “É de
59 responsabilidade do Empreendedor o monitoramento permanente das barragens sob
60 sua responsabilidade, conforme disposto no anexo II” para que não haja dúvida. O
61 Secretario Executivo colocou em votação a Resolução que foi aprovada por unanimidade.
62 O próximo item é a aprovação da Resolução nº 89 - Calendário das Reuniões Ordinárias
63 para o ano de 2017, o Conselheiro Décio Siebert - IPAC pede a palavra para sugerir que
64 as reuniões se iniciem a partir das 09h00min. A conselheira Adryeli – FAMATO sugeriu
65 que as reuniões fossem no período vespertino. O Secretario Executivo coloca em
66 votação os dois horários sugeridos pelos Conselheiros, sendo as 09h00min e as
67 14h00min. Ocorreram alguns questionamentos sobre o horário e ficou acordado pela
68 maioria dos Conselheiros presentes que as reuniões acontecerão no período vespertino
69 com início as 14h00min, conforme o parágrafo único da referida Resolução: 65ª Reunião
70 Ordinária - 09 de Fevereiro de 2017; 66ª Reunião Ordinária - 13 de Abril de 2017; 67ª
71 Reunião Ordinária - 14 de Junho de 2017; 68ª Reunião Ordinária - 10 de Agosto de
72 2017; 69ª Reunião Ordinária - 10 de Outubro de 2017; 70ª Reunião Ordinária - 14 de
73 Dezembro de 2017. O próximo item da pauta é sobre os três processos de outorga pelo
74 uso de água que a SUNOR enviou para a Secretaria Executiva solicitando
75 encaminhando a este Conselho. Os processos são referentes a piscicultura “processos
76 de licenciamento ambiental” Processo nº 299775 – 20/06/2016, Vilamir José Longo,
77 Piscicultura Longo - Sítio Dona Ivanira, Peixoto de Azevedo; Processo nº 299765 –
78 20/06/2016, João Vitor Vieira Longo, Sítio São João – Piscicultura Longo, Peixoto de
79 Azevedo; Processo nº 521055 – 18/09/2014, Claudir Antônio Damiani, Fazenda Estrela
80 D’Alva, Gleba Barreiro, Sorriso. A Secretaria Executiva apresentou uma síntese sobre os
81 processos e sua relação com o licenciamento ambiental: a) o licenciamento de
82 empreendimentos de irrigação até o ano de 2008 era de responsabilidade de SURH; b)
83 no ano de 2008 houve por parte da SEMA o entendimento de que a SURH não
84 deveria/poderia licenciar e outorga o empreendimento; c) sendo assim, esta atribuição
85 (licenciamento ambiental) passou a ser de responsabilidade de SUIMIS; d) quando
86 repassado esta atribuição da SURH para à SUMIS, as resoluções foram organizadas e o
87 CEHIDRO sancionou a Resolução nº 18 CEHIDRO de 30/06/2008 “Padronizar os
88 procedimentos referentes ao Licenciamento Ambiental dos Projetos de Irrigação no
89 Estado de Mato Grosso”. É nesta resolução que trata sobre o Projeto de Barragem de
90 Terra já Construído – Reservatórios para Irrigação (até 50 ha de área alagada). Art. 6º -
91 Todas as obras hidráulicas realizadas na construção de reservatórios para a água, a ser
92 usada na época de estiagem, terão que obedecer às normas técnicas de engenharia e
93 possuir um responsável técnico registrado junto ao CREA-MT. § 1º - Todo vertedouro

94 deverá disponibilizar a vazão remanescente estabelecida no ato de outorga; § 2º - As
95 margens da área inundada deverá ser revegetada com espécies oriundas da bacia
96 hidrográfica conforme legislação em vigor; § 3º - As áreas de serviços deverão ser
97 gramadas a fim de evitar erosão. Parágrafo único – Para barragens de terra já
98 construídas e destinadas à irrigação com até 50 há de área alagada, deverão atender o
99 anexo II desta resolução; e) o licenciamento de barragem (obra civil) para qualquer
100 atividade é de responsabilidade da SUIMIS, sendo assim sua regulamentação deve vir
101 de lá; f) a Resolução nº. 27 de 09/07/2009 estabelecem critérios técnicos a serem
102 aplicados nas análises dos pedidos de outorga de captação superficial, quanto à
103 disponibilidade hídrica, ao uso racional da água e à garantia de seus usos múltiplos.
104 Esta resolução revogou a Resolução nº 12 de 06/07/2007 que estabelecia os critérios
105 técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga para captação de
106 águas superficiais de domínio do Estado do Mato Grosso. Art. 7º - A outorga para
107 captações em barramentos já construídos até a data de publicação desta Resolução...,
108 com essa explanação a Secretaria Executiva propõe que o CEHIDRO envie os
109 processos ao CONSEMA para conhecimento e providências cabíveis, pois se trata de
110 procedimentos quanto ao licenciamento ambiental. O Conselheiro Claudionor -
111 COOPEAMAT pergunta se o CEHIDRO não tem competência para tratar deste assunto
112 em barramentos localizados em rios de domínio da União, ou apenas a Agência
113 Nacional de Aguas – ANA, pode ser a gestora. O Secretario Executivo responde que e
114 só a ANA, mas no futuro poderá haver delegação para o Estado, caso tenha
115 comprovada competência técnica e pessoal suficiente para atender a demanda. O
116 Conselheiro Édio - CAB Cuiabá, coloca que esse assunto tem sim viés com a Política de
117 Recursos Hídricos, para tanto precisa ser definida uma agenda técnica para tratar deste
118 tema. O Conselheiro Décio - IPAC diz que concorda em encaminhar para o CONSEMA
119 para que seja discutido em conjunto CEHIDRO/CONSEMA. A Conselheira Adryeli -
120 FAMATO diz que esta de acordo que este assunto tem que ser discutido em conjunto, e
121 pergunta se em Sorriso o barramento é de terra, citando a Resolução 27. O Secretario
122 Executivo responde que o barramento em questão não é de terra, tem toda a parte
123 estrutural. A Conselheira Adryeli - FAMATO fala que a Resolução 27 esta indo na
124 contramão, pois atende até o ano de 2009 e no Estado esta havendo grande
125 investimento em pisciculturas. Por um lado grandes incentivos, mas por outro que a
126 parte ambiental tem muito a ser melhorado. O Secretario Executivo responde que a
127 SEMA esta defasada e que os técnicos estão indo a campo, mas não tem técnicos
128 suficientes para a fiscalização em 100% do Estado. Lembra apenas que a discussão é
129 em relação ao licenciamento e não a outorga. A Conselheira Adryeli - FAMATO diz que
130 e preciso encontrar um mecanismo que seja efetivo. A Conselheira Telma - SES fala que
131 isso esta gerando insegurança técnica e jurídica. O Conselheiro Claudionor -
132 COOPEAMAT pergunta quem vai fiscalizar essa outorga no Lago de Manso. O
133 Secretario Executivo responde que quem é responsável é a Agencia Nacional de Águas
134 – ANA. Claudionor diz que é preciso colocar uma fiscalização adequada. O Secretario
135 Executivo responde que para haver uma fiscalização adequada será necessário ter
136 técnicos suficientes. O Conselheiro Décio Siebert - IPAC fala do Plano Estadual de
137 Recursos Hídricos que não e levado em conta pela referida lei e diz que esta resolução
138 vai entrar em choque e pode levantar outros questionamentos. O Sr. Victor fala dos
139 trabalhos de campo com as comunidades e diz que essa insegurança jurídica reflete
140 muito a situação que vivencia nos trabalhos de campo. Cita o uso de embalagem de

141 agrotóxico onde e colocado à ração que e levada para os peixes, fala que não tem ação
142 da vigilância sanitária na dispersão do uso de agrotóxico, diz que a fiscalização,
143 legislação e monitoramento são deficitários. A Conselheira Telma - SES fala da
144 fiscalização e que a SES- Secretaria de Estado da Saúde tem feito em relação à Portaria
145 2914 sobre o uso de agrotóxicos, fala da deficiência e de ingestão dos gestores dos
146 municípios, cita o acréscimo de doenças como o câncer pelo uso de agrotóxicos pela
147 contaminação da água e do ar. O Conselheiro Waldir Teles - SINGTUR coloca que não
148 pode desvalorizar as nossas instituições e que as críticas devem ser feitas com cuidado.
149 A Conselheira Dirce - SECID complementa a fala da Conselheira Telma citando que
150 devido ao elevado crescimento populacional e econômico que tem ocorrido em nosso
151 Estado, o poder público não consegue atender as demandas, a necessidade da
152 população. O Conselheiro Décio fala que fez a análise em alimentos e encontrou uma
153 quantidade muito grande de agrotóxico e diz que quando fala de instituição não pode
154 rotulá-las porque quando é liberado um produto é importante que se de condições para o
155 Estado e o Município fiscalizar. O Sr. Cleyton fala da água do Rio Juruena, cita a
156 campanha contra o uso de agrotóxico fala da contaminação do leite materno e de morte
157 de aves por essa contaminação no ambiente. A Conselheira Letícia - SES complementa
158 a fala da Telma – SES comentando que algumas Secretarias Municipais não estão
159 fazendo as coletas das embalagens e que precisa do apoio da população. O Sr. Cleyton
160 coloca que a legislação não trata os agrotóxico que é produzido lá fora como veneno. A
161 Conselheira Telma faz um apelo dizendo que em 2017 deve se colocar a água como um
162 carro chefe para ser discutido neste Conselho. A Sra. Leonice - SEMA fala dos Comitês
163 de Bacias e das suas demandas, fala da importância de fazer intercâmbio e sugere
164 organizar um calendário para visitas a os Comitês. A Conselheira Dirce - SECID fala da
165 importância de investimentos nestas políticas publicas. O Secretario Executivo o Sr. Luiz
166 Henrique Magalhães Noquelli responde que em 2017 será organizado pelo menos dois
167 eventos, estando previsto para Abril o 1º Fórum Estadual de Comitês de Bacias
168 Hidrográficas e para novembro o 10º Seminário Estadual de Recursos Hídricos,
169 comemorando os 20 (vinte) anos da política em Mato Grosso. A Conselheira Fátima -
170 UNEMAT propõe que se faça seminário e workshop para a divulgação. O Secretario
171 Executivo responde que o mais importante e termos condições de realiza-los para que
172 voltemos a ter credibilidade junto à comunidade. A Sra. Denise - SECID fala sobre as
173 atuações e que infelizmente o saneamento foi deixado de lado e passou para o
174 município, cita os debates de como nos utilizamos essa água que chega a nossa
175 torneira, menciona a crise hídrica nos diversos municípios cita a Política Estadual de
176 Saneamento e que é preciso retomar essa discussão, diz que esta tentando trazer um
177 Plano Estadual de Saneamento, colocando alguns problemas relacionados essa falta,
178 citando doenças como a dengue e chikungunya. A Sra. Denise - SECID encerra
179 convidando a todos para uma reunião nesta terça feira para discutir a Política de
180 Saneamento. O Secretario Executivo sugere para que seja enviado o convite para o
181 CEHIDRO para ser repassado a os Conselheiros. O Secretario Executivo pergunta
182 quem vai participar da Câmara Técnica de Integração – CTI, sendo composta pelas
183 seguintes instituições: Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA; Fórum Nacional
184 da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC; Concessionária de
185 Serviços Públicos de Água e Esgoto - CAB Cuiabá; Federação das Indústrias de Mato
186 Grosso - FIEMT; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso -
187 FAMATO; Secretaria de Estado de Cidades – SECID e Instituto Pantanal-Amazônia de

188 Conservação – IPAC. O próximo item é a apresentação do Manifesto – Juara. O
189 Secretario Executivo passa a palavra para a Conselheira Luciana Ferraz - FONASC que
190 agradece a oportunidade de falar do manifesto ocorrido em Juara sobre pedido de
191 implantação de Bacia Hidrográfica nos Rios: Juruena , Teles Pires e Tapajós de maneira
192 integrada com vagas destinada a os pescadores, indígenas, quilombola, ribeirinhos,
193 agricultores familiar dentre outros povos e comunidades tradicionais habitantes
194 imemoriais da região. Ela começa fazendo uma leitura do manifesto, explicando o que o
195 manifesto e solicita que conste em ata: 1 - Implantação integrada do comitê da bacia
196 hidrográfica dos rios Juruena/Teles Pires/ Tapajós, 2 - Regulamentação dos usos
197 insignificantes da água (Resolução 111 CTPOAR). 3 - A emissão de outorga na região
198 (Juruena/Teles Pires/Tapajós) seja informada ao Conselho através de relatórios. O
199 Secretário Executivo se compromete em atendê-la, quanto à outorga emitida nas bacias
200 em questão. Quanto a Resolução nº 111 a Secretaria Executiva quer melhor entende-la
201 para posterior pronunciamento. Quanto ao Comitê, o Estado tem jurisdição em rios de
202 domínio do Estado e os rios mencionados são de dominialidade da União – ANA, sendo
203 assim conforme falou a Gerente de Fomento e Apoio aos comitês de Bacias
204 Hidrográficas em Mato Grosso a Sra. Leonice de Souza Lotufo, vamos fortalecer os
205 afluentes, pois varias bacias com comitês implantados podem trabalhar de forma
206 harmoniosa para que consigamos uma olhar diferente da ANA para o tão espero comitê
207 integrado. A Conselheira Luciana Ferraz - FONASC agradece pela oportunidade e a
208 atenção de todos e finaliza a apresentação. O próximo item é a apresentação do IPAC
209 sobre a Crise Hídrica em Tangará do Serra. O Secretario Executivo passa a palavra
210 para o Conselheiro Décio Siebert que cumprimenta a todos e agradece a oportunidade,
211 Decio inicia a apresentação falando do Rio Queima Pé e em seguida da Bacia do Rio
212 Sepotuba, citando os 8 municípios que faz parte dessa Bacia, fala do Rio Ararão e do
213 lançamento de esgotos tratado nesse rio. Cita o lixão onde o chorume pode estar
214 contaminando o lençol freático, diz que não adianta gastar dinheiro público com
215 Educação Ambiental para estudantes universitários. Décio mostra a degradação do Rio
216 Sepotuba às margens de alguns trechos do rio já sem encosta e totalmente assoreadas.
217 Em relação às APP's o Conselheiro Édio - CAB diz que o Rio Coxipó esta passando pelo
218 mesmo problema de degradação. Em relação à Crise Hídrica em Tangará do Serra o
219 Conselheiro Decio cita dois caminhos: o aumento da disponibilidade da água ou a
220 diminuição do consumo. Décio sugeriu a recuperação das áreas de APPs e a redução
221 de consumo pelo reuso da água com incentivos. Décio Siebert - IPAC passa a palavra
222 para a Sra. Andyra Maria Pinheiro Piovisan Secretaria Municipal de Meio Ambiente,
223 Turismo e Cultura que vai falar sobre a Pesca Predatória no Rio Arinos em Porto dos
224 Gaúchos. Primeiramente ela agradece a atenção de todos e ao Conselho pela
225 oportunidade. A Sra. Andyra fala da estrutura que os pescadores possuem e dos
226 problemas que os produtos usados na seva trazem principalmente para a reprodução
227 dos peixes. Andyra sugere colocar uma patrulha nos rio pelo menos por algum tempo
228 principalmente em período de piracema. A Conselheira Fátima - UNEMAT reforça que a
229 população precisa estar mais comprometida no combate a pesca predatória, Fátima
230 pergunta como que este volume de pescado sai destas localidades. A Sra. Andyra
231 responde que sai de diversas maneiras: em caixas de geladeira disfarçada com gelo
232 entre outros. Fátima pergunta se já foram feito analises dos peixes desta localidade para
233 medir e avaliar essa contaminação. Andyra responde que já foram recolhidas amostras
234 para analises, porém o freezer foi desligado dificultando o trabalho de analise pela

perícia técnica pela decomposição do material coletado. O Conselheiro Décio Siebert - IPAC agradece a Sra. Andyra pela apresentação que se coloca a disposição do Conselho sempre que for preciso. O Secretário Executivo o Sr. Luiz H. M. Noquelli agradece ao Conselheiro Decio e a Sra. Andyra pelas apresentações e pergunta se alguém tem algum informes, o Sr. Victor diz que o CONSEMA tem que discutir Políticas Públicas como as questões de como o ICMS em Mato Grosso é gasto, tem que ver sobre a aplicação desses recursos. Nada mais havendo a declarar, o Secretário Executivo agradeceu a presença de todos e encerrou a 64ª Reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos às 12h00min e eu, Dercília Barboza de Souza, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHAES NOQUELLI

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 15 / 02 / 2017 .*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*